

38º Encontro Anual da ANPOCS

Simpósio de Pós-Graduados 21

Sociologia e Antropologia da Moral

Coordenadores:

Jussara Freire (UFF) e Gabriel David Noel (UNSAN)

O bem em projeção e os moradores do Batan: uma competência para julgar o futuro possível

Ariley Pinto Rainho Dias – Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia (IFCS/UFRJ) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU)

Introdução

Este trabalho tem como questão analisar situações em que as pessoas constroem a possibilidade de algum evento acontecer. O objeto empírico em análise é a situação em que o Estado e o seu projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) oferecem um bem a uma comunidade – no caso aqui analisado, a favela do Batan situada no bairro de Realengo – que resultaria em uma igualdade entre eles e o resto da cidade em um momento futuro. Utilizo aqui a interpretação de Boltanski e Thévenot (1991), que em determinados momentos na vida social as pessoas percebem que algo está errado e expõem uma crítica. A disputa é resolvida pelo reconhecimento mútuo da existência de um bem comum que igualaria a diferença de grandeza existente. No caso aqui analisado, as pessoas e nem aqueles que oferecem um bem sabem qual será o momento em que a equidade de grandeza será estabelecida. Por isso, utilizo aqui a noção de bem em projeção – uma forma de bem comum ainda em processo de construção. Dentro da perspectiva de éprouves em Chateauraynaud (2004), o Estado por meio dos policiais devem oferecer provas de que o futuro virá e os moradores possuem uma competência de questionar o bem oferecido a eles. O plano superior comum por estar em projeção não é algo acabado. Na primeira parte do trabalho, está a exposição de alguns marcos teóricos que o direcionam.

Assim, o oferecimento de serviços públicos são bens localizados daquilo “que virá”. Aqui analiso dois bens localizados e a resposta dos moradores frente a eles. Um deles é o sistema de legalização do sistema de água no Batan. Ele revela que dependendo da localização do morador dentro da favela, a qualidade do serviço público difere. A minha hipótese é de que processos ligados ao histórico de ocupação geraram uma grande fragmentação interna. Um processo de hierarquização que resulta na percepção de que algumas áreas são mais “faveladas” do que outras. Devido ao oferecimento desigual dos serviços públicos, as áreas com ocupação mais recente possuem uma percepção mais negativa em relação à ocupação policial. Outra situação analisada aqui é a disputa em torno da legalização do transporte de vans dentro do Batan. Esta situação permite discutir o processo de transição entre um regime de violência, em que a desigualdade entre as forças determina o curso da ação, para um regime de justificação. Atribuo a ocupação da UPP no Batan como uma situação de “monopolismo preguiçoso”, já que os moradores não possuem qualquer alternativa em curto prazo ao projeto oferecido pelo Estado.

Apesar das dificuldades impostas pelo controle estatal a respeito das atividades que podem ser desenvolvidas ali, o transporte alternativo continua operando e tenta por meio de processos de dessingularização colocar a questão no debate público. Estas situações mostram a característica de um plano moral ainda em construção: o projeto, para obter êxito, precisa ser constantemente renegociável.

Alguns pressupostos teóricos: uma discussão sobre um bem que pode ser projetado

Segundo o site oficial da UPP¹, a projeto de “polícia pacificadora” visa “retomar territórios antes dominados por grupos criminosos ostensivamente armados e estabelecer o Estado democrático de Direito.”. Ou seja, o controle territorial pelo Estado como forma de estabelecer um outro tipo de ação que não seria determinada pela força. Além da ocupação policial, por meio de um reconhecimento de que as populações destas localidades não usufruem os mesmos direitos do que o resto da cidade, a entrada de novos serviços públicos e o capital de empresas privadas promoveria o desenvolvimento destas áreas. Isso, segundo esta perspectiva de futuro, resultará em segurança para todas as pessoas, mesmo nas áreas não ocupadas.

Boltanski (1990) afirma que as ações podem ser mobilizadas de acordo com certas gramáticas formais – os “regimes de ação”. Segundo o autor, os actantes se movem entre dois regimes: os de disputa e os de paz. Em relação ao primeiro, os atores discutem a respeito de princípios. Além de que este regime apresenta duas subdivisões. Uma que fala sobre conflitos que são resolvidos de acordo com a desproporcionalidade da força. Já a outra aponta para ações resolvidas por meio da justificação. Neste caso, os atores sociais recorrem a princípios superiores comuns, uma forma de bem comum, que igualaria a diferença de grandeza dos estados ocupados situacionalmente pelos atores. O projeto das UPP’s parece ser uma tentativa de passar de um regime em que a força determina o curso da ação para outro em que as disputas se resolvem por meio de justificações. Segundo Boltanski e Thévenot, o processo de emergências destas utopias realizáveis – os princípios morais que regulam as ações – está relacionado com o pressuposto de uma humanidade em comum e da legitimidade para o acordo. Segundo um dos policiais nas reuniões comunitárias com os moradores do Batan esta nova política

¹ <http://www.upprj.com/index.php/faq> (Visto em 14 de agosto de 2014).

seria: *“uma tentativa de a população trabalhar junto com a polícia, nós precisamos de vocês”*.

O caso explorado aqui envolve a ideia de distribuição do bem em um momento adiante do tempo, ou seja, a situação – e em consequência disso as bases sobre as quais se propõe que ela seja julgada e efetivada (Werneck, 2012) – fica orientada para o futuro e não para o momento atual. Não há qualquer previsão do momento em que as pessoas receberão o bem prometido a elas. Nem mesmo se sabe quanto tempo os policiais continuarão ali. A indeterminação em relação ao recebimento do bem mostra uma utopia ainda em construção – não é um projeto pronto como nos planos superiores comuns, as *cités*, nos regimes de ação discutidos por Boltanski e Thévenot.

Esse bem em projeção parece ser uma forma de sustentar uma distensão temporal ao mesmo tempo que há uma demanda de solução no momento presente. O projeto promovido pela ocupação policial precisa apresentar provas constantes para comprovar que o futuro prometido é “tangível”, termo utilizado por Chateauraynaud (2004) para designar provas que consigam ser aceitáveis às diversas interpretações existentes em um dado momento sobre algo não diretamente observável. A utopia neste caso, apesar de indefinida, seria renegociável. O bem em projeção, assim, é corporificado no presente quando oferece bens localizados – por exemplo, em nosso caso, por meio da entrada de novos serviços públicos –, que não resolvem a diferença, mas oferecem como tangível a possibilidade de se obter o bem pretendido. Por isso, este trabalho analisa dois serviços oferecidos na comunidade do Batan e as situações advindas delas. O primeiro trata do serviço de água no Morrinho, uma parte considerada como a mais pobre na comunidade e com um histórico de ocupação bastante atrelado aos grupos armados ilegais que controlavam o Batan. Antes mesmo da instalação definitiva da UPP, há um intenso processo de legalização de serviços antes oferecidos por grupos milicianos². Porém, os problemas com na sua distribuição continuam a ocorrer nesta parte mais alta da comunidade. Esta situação mostra a importância de processos ocorridos no passado na avaliação que os atores fazem em relação ao futuro. O modelo proposto por Chateauraynaud (2011) para o funcionamento das “*épreuves futures*” pode auxiliar na análise da construção desta utopia no Batan. Segundo o autor, o futuro possível surge como uma representação construída de séries passadas e o conjunto dessas possibilidades

² O primeiro foi a desarticulação do “gato-net” meses após a retirada do grupo miliciano, em 2008.

formaria um ângulo de visão que serviria como base para as escolhas dos atores. Desta forma, para o autor, o futuro seria uma concatenação projetiva de séries passadas:

“Em relação a um futuro longínquo, paras as ciências sociais seu estado é supostamente regulado de uma vez por todas: das visões de futuro que são projeções de elementos coletados do passado ou que correspondem às ilusões do presente.” (Chateauraynaud, 2011, pp. 379)

Como o fim dos tiroteios e a ocupação da comunidade vizinha do Fumacê serve como prova para os moradores da possibilidade de êxito do futuro propagado pela UPP. Mas, como na questão da falha do abastecimento de água em uma determinada região da comunidade, gera a possibilidade de haver diferentes percepções sobre o futuro após a ocupação. Pois, os serviços, mesmo os privados, estão concentrados na parte plana do Batan. Os moradores do Morrinho percebem uma mudança em nível menor em relação às outras partes da comunidade. Por isso, a utilização do conceito de “ângulos de vista” proposto por Chateauraynaud é bastante útil para analisar uma área que possui muitas diferenciações internas. Segundo o autor:

“Pensadas em termos de ângulos de vista, as variações que infligem aos atores às suas visões de futuro se traduzem em degraus de opacidade ou de clareza autorizadas pelas entidades e as relações que são postas em perspectiva.” (Chateauraynaud, 2011, pp. 381)

Geralmente na última sexta-feira de cada mês³ os policiais da unidade realizam reuniões comunitárias com entrada livre a todos os moradores. Nestas reuniões, vários representantes de órgãos públicos vão nestas reuniões escutar as demandas da população e prestar contas de queixas antigas. Apesar de a população ter outros meios de entrar em contato com o comando da unidade local, as reuniões se tornam um grande meio para a mobilização de recursos para a crítica. Elas funcionam quase como um laboratório social para a observação de como o desenvolvimento da crítica, assim como para entender o conteúdo deste plano moral em construção. Uma das demandas mais presentes é a questão do transporte alternativo dentro da comunidade. Primeiro, porque elas estão dentro de um outro ponto bastante levado à discussão – a questão do congestionamento de carros em um local em que a maioria das ruas são muito estreitas. E, pela dificuldade

³ Na maioria das vezes as reuniões ocorrem na sede da unidade. Devido ao apelo de alguns moradores, a última comandante expressou o desejo de leva-las a outros pontos da comunidade. Como a área cobre diferentes grupos, com processos indenitários que vão além do unificador Batan, e além da própria extensão territorial da comunidade, várias pessoas de outras partes se sentem desestimuladas à participar das reuniões em outras localidades da favela.

do Estado em oferecer uma resposta definitiva para a questão. Segundo a comandante da unidade:

“Eu não posso regularizar as coisas com algo irregular acontecendo. Isso da margem para outras coisas. No mundo civil é um pouco mais fácil pensar no nosso lado. Mas no mundo militar isso é muito complicado. (...) Se souberem que o senhor veio conversar comigo, não vão achar que é para a regularização. Vão achar que vai “rolar uma prata” para que eu autorize todas as outras. Só essa suspeita me submete ao conselho e eu posso ser excluída. Por isso que eu falo: gente se for conversar sobre transporte deixa para falar na reunião. Porque é uma forma de transparência”.

Pela fala acima, esta situação envolve um dualismo entre a legalidade dos atos e as necessidades cotidianas dos moradores. O transporte alternativo permite discutir o processo de transição de um regime de violência, em que os motoristas eram obrigados a seguir as ordens de grupos armados em troca da proteção necessária para a realização do serviço, para o regime de justificação. Este processo mostra que apesar da força não ser determinante para o curso da ação, os processos de justificações ocorrem disputas que podem ser tão intensas quanto. Nesta situação é verificada a maneira como os motoristas conseguem colocar em pauta as suas questões – quais os recursos mobilizados por trás da ideia de que o transporte alternativo é um “serviço público”. E, dentro de uma perspectiva moral, observa-se a possibilidade de justificar uma ação não permitida pelo processo local – mesmo com as limitações ocasionais a ela, como na aplicação sistemática de multas.

Antes de prosseguir, gostaria de apresentar um pouco o processo histórico da comunidade do Batan – objeto etnográfico deste estudo. A favela do Batan – localizada na região oeste da cidade do Rio de Janeiro – passa por um processo de transição de uma presença problemática do Estado, com grupos ilegais armados em posições de comando na organização, para uma nova ocupação policial de maneira legalizada. Antes, o controle era exercido pelo grupo miliciano Águia. Trata-se de organização com as seguintes características (Cano e Duarte 2012, pp. 15): o domínio sobre um determinado território por grupos armados irregulares; forte coação contra os moradores e comerciantes locais; o lucro como motivação principal; a construção de um discurso legitimador; e agentes armados do Estado em posições de comando. Após um episódio de tortura envolvendo jornalistas na mesma comunidade, em junho de 2008, a milícia passou por um processo de negativização moral pela opinião pública (Cano e Duarte

2012; Werneck 2013), passando-se da descrição como “heróis civilizadores” que eliminariam os atores geradores da desorganização social (Mesquita, 2008) para a ideia de que os “principais motivos de ação de todos os milicianos – novos e antigos – [é] o interesse financeiro e pelo poder político e militar obtido pelo controle do território” (Zaluar e Conceição, 2007, pp. 95). A comunidade do Batan foi a segunda a receber o projeto no início de 2009. Segundo Chateauraynaud (2011), as pessoas começam a acreditar em uma predição quando eventos tidos como independentes parecem convergir. Uma concepção de futuro, para se tornar válida, deve-se utilizar de fatos ocorridos no passado para comprovar as propensões e tendências de longa duração. No caso aqui exposto, o passado serve não apenas para projetar um futuro, mas também para denunciar que algo está errado. Os policiais da unidade devem apresentar diversas provas de que esta ocupação se diferencia das anteriores – de que eles não são os “milicianos oficiais do Estado”. Porém muitas vezes podem aparecer dificuldades para o desempenho do novo papel. Como nos casos de pequenos furtos, em que dificilmente a questão é resolvida. Pois os policiais não podem resolver a questão da mesma maneira do que no período anterior com a aplicação de uma pena ao suspeito apresentado pela vítima. E, nem a forma legalizada de resolução aparenta efetividade, pois dificilmente um caso é resolvido ao levar à delegacia. Outra dificuldade é a UPP apresentar aos moradores de que essa é uma política de Estado. Alguns entrevistados revelaram o temor do retorno à milícia e até mesmo ao tráfico. Além do ponto da indefinição da presença do Estado ali por outras vias além do seu agente repressor. Apesar disso a ocupação é dita “bem sucedida” tanto pelos policiais, colocando o Batan como um exemplo de sucesso do projeto, quanto pelos moradores, que veem a comunidade como mais “tranquila” desde a nova ocupação policial.

Uma hierarquia interna do Batan: uma pequena discussão histórica

A comunidade do Batan está localizada entre um trecho da Avenida Brasil e o Campo de Instrução Militar de Gericinó. Segundo algumas informações de moradores mais antigos, a construção da via expressa marca o início de uma intensificação da ocupação no local. Antigamente, a área era formada basicamente por fazendas e alguns comércios locais. Alguns informantes ressaltam a origem “interiorana” da comunidade. Um mito de formação que justifica a existência do Batan como trabalhadores que se

instalaram ali para trabalhar nas fazendas – um contraponto aos processos de invasão no qual marcaria o processo de “favelização” da comunidade anos mais tarde, segundo algumas entrevistas. As antigas fazendas e pontos de comércio dão nomes a localidades dentro da comunidade e pautam a identidade de seus moradores. Isso mostra uma localidade com bastantes diferenciações internas. E, que em algumas situações fazem os atores apresentarem perspectivas diferentes de acordo com o seu local de moradia dentro da comunidade.

Mas a diferenciação interna se intensifica com a chegada de migrantes nordestinos ali. Um processo que pode ser explicado pela expulsão de trabalhadores rurais de trabalhadores rurais e com as oportunidades oferecidas para ocupações de baixa remuneração nos grandes centros urbanos brasileiros⁴ (Camarano e Abromovay, 1999). Este “boom populacional”, na perspectiva dos moradores mais antigos, teria sido o responsável por transformar o Batan em favela. Em contraste com a primeira ocupação, as novas moradias são construídas em vias secundárias às ruas principais. Em becos estreitos ao contrário das ruas largas das habitações mais antigas. Uma concepção que considera o espaço da favela como um território ocupado de maneira irregular, “uma cidade dentro da cidade” (Valladares 2005). Neste caso, seria “um Batan dentro do Batan”. Em que os novos moradores “poluíram” o local, trazendo a desordem típica das favelas. Para Valladares, consideram-se os favelados como incivilizados frente ao mundo moderno. De acordo com este mito, a precariedade física das suas moradias mostra a situação de atraso destas pessoas. Muitos moradores lembram que chamavam estas novas áreas de “favelas”:

“Na minha adolescência, quando ia visitar os meus primos naquelas ruelas, eu dizia que ia lá na favela. Nessa época nós dizíamos isso. Hoje já não tem mais isso”

Como esta citação mostra, os moradores, com o tempo, passam a se identificar como favelados. Um fato que parece marcar a transformação total do Batan em favela é a fundação da associação de moradores no início dos anos 1980. Uma organização que, inicialmente, tinha como principal objetivo resolver os problemas em relação ao direito de posse sobre as suas moradias. Uma reivindicação que mobilizou os moradores de todas as áreas da comunidade.

⁴ Um fenômeno que parece voltar a ocorrer com a instalação das UPP's. Durante as minhas observações encontrei várias pessoas que migraram recentemente do Nordeste para o Batan. Um fato que pode ser mais bem analisado em futuros trabalhos, já que não é o enfoque na minha pesquisa.

Um tema bastante debate nos estudos sobre favela foi a transformação da favela de um território de pobreza para uma fonte de violência devido à contiguidade espacial de seus moradores com atores pertencentes à gramática da violência urbana (Zaluar, 1985; Rocha, 2009; Machado 2012). Os favelados passam a estar associados ao crime com o tráfico de drogas se tornando mais complexo, especialmente a partir dos anos 1980. No Batan, o tráfico local entra em luta constante com as facções rivais – especialmente com os da comunidade vizinha do Fumacê – e as constantes lutas internas pelo controle da organização. Tendo em vista este contexto, novas áreas começam a surgir no Batan. Especialmente uma área denominada como “Morrinho” por estar em uma parte mais elevada do local. Os seus primeiros moradores são pessoas de outra comunidade⁵, vizinha ao Batan, que foi “posta à baixo” para dar lugar a um viaduto. E, com o dinheiro da indenização se mudam para o Batan. De acordo com os moradores, o Morrinho ocupa uma área pertencente ao Exército Brasileiro e que a sua invasão foi incentivada pelos traficantes para ser um local utilizado como um refúgio para as suas operações:

“O Morrinho surgiu quando o tráfico estava muito acuado e disseram que podia invadir. Se tornou um reduto do tráfico. Ali só existiam becos, não existiam ruas. (...) E lá só existe ruas devido à milícia”.

A fala indica uma forte correlação entre os moradores do Morrinho com a violência da comunidade. De um refúgio para as atividades do tráfico cada vez mais acuado com as disputas pelo território, a área se expande – dentro desta perspectiva – pela ação da ocupação ilegal do Estado. Uma visão que parece ser homogênea até mesmo para os moradores do Morrinho. De acordo com um deles: *“o Morrinho foi criado pela milícia, mas deixa quieto”*. Esta perspectiva sobre a área mais alta da comunidade mostra a semelhança com a associação externa entre pobreza e crime: há uma concepção difundida ali de que os moradores do Morrinho são mais pobres do que o resto da comunidade; e que a área a qualquer momento pode oferecer riscos de retorno de agentes que compõem a gramática da violência urbana – um dos maiores perigos para a construção da nova utopia. Os moradores do Morrinho estariam mais expostos a um tipo de sociabilidade em que a força surge como um regulador das relações sociais – a sociabilidade urbana (Machado, 2004).

⁵ De acordo com os moradores a comunidade se chamava Barreira.

Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP)⁹, o Batan é uma comunidade que intercala áreas informais com áreas formais. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Morrinho¹⁰ possui apenas 66,5% dos domicílios considerados como adequados ao tipo de esgotamento adequado em comparação como as áreas formais do Batan¹¹. Um dado que indica uma concentração de serviços públicos na parte plana da comunidade. Em relação à vinda à UPP, muitos moradores na parte atravessada pela rua principal – a Estrada do Engenho Novo – citam os cursos oferecidos: “*desde que a UPP chegou aqui vieram vários cursos, já fiz o de cabelereiro e o de artesanato*”. Porém há algumas críticas em relação à oferta disponível: “*Só que os cursos ainda, na nossa visão, são cursos fracos. Cursos de manicure, copeiro. É isso que a comunidade merece? É isso que eles querem que a gente seja*”. Já a população do Morrinho possui a perspectiva de que nada mudou com a vinda da UPP. Segundo uma moradora em relação à minha pergunta sobre os cursos:

“Eu sei que tem alguns cursos lá na associação. Já eu não sei de curso nenhum da UPP. Eu não conheço ninguém que faça algum curso. Aqui continua a mesma coisa. Eles só colocaram os postes (de luz) e veio a cobrança de água”

Portanto, a concentração dos serviços públicos em certas áreas altera as perspectivas que os atores têm em relação ao projeto. Ou seja, dependendo da localidade os moradores apresentam uma visão diferente sobre os “futuros possíveis”. Diferença essa que parece estar relacionada a um processo histórico envolvendo as duas áreas. Como dito anteriormente, o fato de ser uma terra “invadida” molda a identidade dos moradores do Morrinho. De acordo com um morador: “*a diferença é porque aqui tem mais pobre e por ser morro, invasão*”.

De acordo com os dados do censo demográfico de 2010, o Morrinho¹² possui 18,2 % de seus moradores em condições de pobreza e extrema pobreza – segundo a metodologia utilizada, domicílios cuja renda per capita está na faixa de até 1/4 do salário mínimo na época do recolhimento dos dados. A parte plana da comunidade tem um número menor (8,4%) de pessoas nesta condição. Mesmo assim, ainda possui um número muito acima ao da cidade do Rio de Janeiro (3,3%) ou até mesmo o da Região

⁹ <http://www.uppsocial.org/wp-content/uploads/2014/01/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPP-Batan2.pdf>. Verificado em 24 de Junho de 2014.

¹⁰ Segundo os dados, o mesmo da nota anterior, esta parte do Batan está denominada como Rua Duarte Coelho de Albuquerque, nº184.

¹¹ Os dados incluem uma área maior a que o trabalho dispõe a analisar.

¹² Ver item 8.

Administrativa de Realengo (4,0%). Isso pode indicar que, mesmo em áreas pobres, pode haver desigualdade os seus moradores. Uma visão que contrasta ao mito de que a favela corresponde a um universo homogêneo (Preteceille; Valladares, 2000). No item a seguir, proponho a discussão sobre uma situação envolvendo a desigualdade em relação ao recebimento de serviços públicos e as suas consequências sobre o ângulo de visão dos atores em relação ao futuro proposto pelas UPP's.

Uma crise na distribuição de água: diferenças de percepções sobre o futuro

O Batan fica em uma das áreas mais quentes da cidade do Rio de Janeiro. Não é difícil imaginar o transtorno da população na área mais alta frente ao problema no sistema de distribuição de água em pleno verão – o caso relatado aqui ocorreu durante o mês de fevereiro de 2014. Segundo os moradores, a falta de água é frequente nos dias de maior calor. Quando a Cedae, empresa responsável pelo serviço no município do Rio de Janeiro, chega à comunidade junto com os novos serviços públicos, uma bomba foi instalada na parte de baixo da comunidade. Porém, em dias de maior utilização do sistema de água, o aparelho não consegue ter força para alcançar as partes mais altas da comunidade. E, mesmo sem oferecer o serviço, a distribuidora de água continua cobrando os moradores pelo serviço. Os moradores reconhecem que não buscaram ajuda logo após perceberem o problema:

“O pessoal aqui é assim. Passa um tempo, se vira como pode. Só depois que vai lá em baixo reclamar”.

Os entrevistados não são claros em relação ao tempo que demoraram até reivindicarem a resolução da questão. Até porque a falta de água não se deu ao mesmo tempo em todas as residências. Esta postura da população local é criticada pela presidente da associação dos moradores após uma tentativa frustrada de fazer um abaixo-assinado com a população de modo a pressionar a Cedae.

Por que há uma dificuldade da população do Morrinho em se engajar por questões que afetam a todos – como na questão da água, que apesar de perceberem, por meio da experiência cotidiana, a correlação entre a falta de água em dias mais quentes; não há qualquer mobilização da população para reivindicar uma solução junto aos órgãos públicos? Sobre a questão da subjetividade dos atores engajados em uma manifestação pública, Dewey (1993) apresenta a noção de experiência: que possui um valor de prova

ao transformar simultaneamente a situação, ao submetê-la à comprovação, e os próprios sujeitos a ela submetidos. Desta forma, é possível surgir uma “cultura pública” em que convicções pessoais passam a exprimir uma questão vista como coletiva. Os moradores do Morrinho mostram grandes dificuldades em enunciar repertórios de identidade comuns. Ao serem indagados em descrever sobre a história do Morrinho, há uma grande dificuldade em descrever os principais pontos da história local. Ou até mesmo em descrever os principais pontos do local:

“Aqui não tem nada, só bar. Se precisamos de alguma coisa, descemos lá pra baixo no Batan”.

Não há uma descrição de experiências comuns que os unam em torno de uma determinada questão. Até mesmo, meses depois, muitos apresentam dificuldades em afirmar quando ocorreu a falta de água deste ano ou a duração da “crise”. Em parte, isso pode ser explicado que nem todos ficaram sem água durante o mesmo período de tempo. Aqueles que moravam mais em cima ficaram a mais tempo do que os que moram mais abaixo. Inclusive, houve casos relatados de vizinhos em que um ficou sem água enquanto o outro continuava recebendo o serviço. Isso foi um dos fatores de maior crítica em relação à legitimidade da cobrança, especialmente nos casos em que quem continuava recebendo o serviço não pagava a conta de água. Assim, a falta de um compartilhamento de uma experiência em comum dificulta uma mobilização mais efetiva destes moradores. O único ponto de identidade comum, de acordo com as suas falas, é o fato deles se considerarem os moradores mais pobres da comunidade.

Em contraponto a esta autoimagem, se encontra os moradores das áreas centrais do bairro. O “mito” de origem explicaria a diferenciação interna. Enquanto, os moradores da nova ocupação invadiram uma propriedade militar, os antigos teriam as suas casas legalizadas. Porém, conforme o subitem sobre o histórico da comunidade, as áreas mais antigas também ocorreram devido a processos de ocupação não legalizados. Segundo uma moradora antiga da parte baixa do Batan, a associação dos moradores foi criada devido a necessidade de comprovar a propriedade de suas casas frente às tentativas de toma-las por parte de grileiros. Mesmo assim, os moradores do Morrinho mobilizam o fato de a área ter sido invadida para comprovar o seu status de pobreza como fator de desigualdade em relação às outras localidades na favela¹³. Devido à sua condição de

¹³ Segundo uma das moradoras do Morrinho: “A diferença é o Morrinho ser uma área invadida, já o pessoal de baixo compraram as suas casas”.

pobreza, os moradores de baixo se beneficiam de todos os bens da comunidade. Segundo um dos moradores do Morrinho:

“Enquanto a gente está sem água, o pessoal de baixo fica jorrando a água por aí. Lavando calçada, lavando carro. Eles não se preocupam com a gente.”

E, de fato, os moradores das outras áreas em suas falas apresentam uma certa indiferença em relação à questão. Durante a minha pesquisa, eu tive que construir uma outra rede de informantes para o Morrinho devido aos entrevistados na parte de baixo não indicarem moradores do Morrinho. Isso parece mostrar que há um contato restrito entre as pessoas destas duas áreas. O fato de a bomba estar localizada na parte de baixo serve como uma prova de que os moradores do Morrinho não podem ter os mesmos benefícios do que o resto da comunidade. Até mesmo para precisar pagar as contas os moradores precisam ir até a associação, pois os carteiros geralmente não sobem até as partes mais altas. Alguns relatam que só na parte de cima os moradores pagam a conta:

“Uma vez falando com uma mulher lá no Batan¹⁴. Ela disse: não sei por que vocês pagam a conta de água. Aqui ninguém recebe conta. Pra você ver aqui todo mundo é mais pobre e recebe conta.”

A ambição do Estado em garantir a segurança de toda a cidade do Rio de Janeiro por meio das UPP's esbarra em processos hierárquicos particulares. A visão homogenia do Estado sobre as favelas pode ser vista na abrangência da unidade do UPP Batan que engloba comunidades rivais, como entre o Batan e o Fumacê, e diferenças localizadas construídas historicamente. Em uma de suas falas, a comandante ressalta que *“a maior dificuldade do meu trabalho é unir essas pessoas, não tinha consciência da tamanha complexidade da questão”*. Ao concentrar os serviços públicos em uma parte da favela, o Estado diminui o ângulo de visão das pessoas em relação ao projeto. Até mesmo ele acaba reproduzindo algumas hierarquias locais, com os moradores do Morrinho sempre ter que descer o morro para obter os benefícios oferecidos pelo Estado. Uma resposta comum ao serem indagados sobre a sua percepção sobre as UPP's é:

“Aqui nada mudou, só trouxeram água e luz pra cá. Acho que era melhor do tempo da “água roubada”, pelo menos não tinha conta pra pagar e não faltava tanta água assim”.

¹⁴ Os moradores do Morrinho chamam de Batan somente as áreas planas da comunidade. O que revela uma identidade fragmentada entre as diversas áreas da comunidade.

Qual foi o andamento da crítica até chegar ao espaço público? Então, os moradores do Morrinho evitaram levar à questão ao espaço público. Eles tentaram resolver o seu problema por meio de uma prática usada nos primeiros anos de ocupação: a de descer o morro e obter água na parte de baixo. Muitos utilizavam uma fonte de água irregular próxima à base do morro. Nos primeiros anos de ocupação, portanto, já havia uma relação em que os habitantes da parte alta tinham que recorrer aos bens que somente estão disponíveis na parte baixa. Mesmo antes da legalização deles com a chegada do estado:

“Antigamente eles davam água, davam luz. Eles deixavam pegar os fios do poste. Nós sempre nos demos bem”.

Apesar desta fala, outros moradores revelam que muitas vezes a falta de serviços básicos é um componente importante para a construção de um sentido negativo das suas identidades feita pelos outros habitantes¹⁵. Conforme os dias foram passando e o serviço não retornou à normalidade, alguns informantes relatam que procuraram ajuda a líderes comunitários locais. Mas a reclamação mais intensa surge quando ocorre o boato de que a presidente da associação de moradores teria cortado o serviço de água para o Morrinho. Várias pessoas foram até a sede da associação para demandar uma posição da líder local. Segundo a presidente, haveria uma disputa envolvendo vários líderes pelo poder político na parte mais alta da comunidade. E, isso teria originado o boato de que ela estaria contra os moradores do Morrinho. Portanto, os moradores preferem primeiro recorrer as suas redes de intermediários ao invés de ir diretamente ao órgão público. Ou seja, primeiro eles recorrem a instrumentos informais. Para Lautier (1997), a informalidade resulta da incapacidade do Estado em garantir os bens básicos à população. Dentro desta perspectiva, os meios informais seriam uma forma efetiva para os favelados obterem serviços básicos. No caso do Morrinho, os seus moradores preferem ir primeiro as práticas informais para obtenção daquele serviço, depois a sua rede de atores que fazer a intermediação ao poder público, para no final ir à associação. Mesmo assim, os seus moradores não recorrem em nenhum momento aos policiais da UPP.

A questão é resolvida em questão de uma semana após a ida dos moradores à associação. Mesmo não indo diretamente aos órgãos estatais, os moradores do Morrinho expressam uma forma de crítica ao Estado. Com a legalização dos serviços, eles passam

¹⁵ Um exemplo é o termo pejorativo “Morro do Rola Bosta” para identificar o Morrinho. Pois como no início da ocupação da área não tinha um sistema de esgotamento sanitário adequado em dias de chuva os dejetos escorriam para as partes baixas da comunidade.

a ser cobrados. Segundo Cunha e Mello (2011), a regularização urbanística demanda novas práticas sociais dos moradores nas favelas. Os autores atentam para o perigo da legalidade dos serviços podem acentuar o isolamento social de seus habitantes. Já que a informalidade foi um meio encontrado de seus moradores terem acesso a serviços básicos. Por exemplo, no caso de pessoas não terem renda para pagar as novas taxas dos serviços legalizados e terem que se mudar para outras favelas em áreas menos nobres da cidade. Para Mello (2010), os novos projetos de regularização fundiária e urbanística traz uma transformação virtual da favela por processos de gentrificação. No caso do Batan, as queixas estão relacionadas mais em relação da falta de qualidade de serviço pelo preço cobrado. Especialmente no Morrinho, em que o serviço não é oferecido de maneira regular. Assim, apesar do monopólio estatal sobre a distribuição de água, os moradores resolvem não pagar as suas contas como uma demonstração de insatisfação. Com a pouca capacidade de mobilizar todos os moradores, esta crítica se mostra uma prática bem-sucedida de indiretamente chamar atenção do Estado. Não só em relação ao Estado, como aos outros moradores que não pagariam as suas contas mesmo recebendo o serviço. O caso não mostra com clareza a influência da associação deles com o crime para o pouco acesso aos serviços públicos. Nem mesmo se isso é a causa para que os moradores não recorram diretamente ao Estado. Um grupo que presta um serviço irregular, o transporte de vans¹⁶, também apresenta estratégias para poder expressar a sua crítica em um contexto de monopólio do Estado. Porém, eles fazem as suas reivindicações diretamente aos órgãos públicos.

O transporte de vans antes da chegada da UPP: a noção de empreendedorismo violento

Charles Tilly (1996), sobre a formação dos Estados nacionais europeus, aponta para uma transformação de um território dominado por várias forças que dispunham de um poder considerável de coerção para o monopólio de instrumentos de violência nas mãos do Estado. Este autor tenta desnaturalizar este processo. Enquanto Estados bastante diversos conseguiram convergir para uma mesma forma política, outras estruturas – apesar de obterem êxito em uma determinada época – acabaram fracassando ao longo do

¹⁶ Interessante notar que há um acesso desigual entre os moradores mesmo com um serviço feito de maneira informal. Se os moradores do Morrinho devem pagar uma quantia a mais, não há um preço fixado, para que a van passe na porta de sua casa. Uma tarefa que é essencial nos casos recorrentes de mulheres idosas com compras. Como veremos adiante, a ida ao supermercado se constitui a principal necessidade dos usuários que utilizam as vans no Batan.

tempo. O caso dos Estados italianos é central para a tese de Tilly. Pois, eles não conseguiram conter os esforços empreendidos pelas principais forças políticas europeias em dominá-los. Isso mostra um ponto importante para a organização do Estado: a sua capacidade de montar um contingente militar. Segundo o autor, o processo de “nacionalização” ocorre quando os Estados possuem uma administração que dê conta de uma extração eficiente de renda e consegue obter os contingentes populacionais necessários para a empresa militar. As dimensões econômicas e coercitivas estão associadas na perspectiva de Tilly.

Voltando ao Batan, durante boa parte da sua história o ambiente econômico necessitou de serviços de proteção oferecidos por diversos agentes armados. Entre eles o transporte de kombis dentro do Batan. No final dos anos 1990, segundo os entrevistados, a relação dos moradores com os traficantes se deteriora. O principal ponto de tensão era o recrutamento de pessoas para a realização de serviços para o tráfico. Uma mistura entre duas categorias morais – o bandido e o trabalhador – que, conforme mostra Zaluar (1985), estão em conflito latente no cotidiano nas favelas. Machado e Leite (2008) relatam a maneira como a imprevisibilidade das disputas entre policiais e traficantes ou entre facções criminosas rivais interrompe a vida cotidiana dos moradores das favelas. Segundo os autores, esta situação desrespeita as diferenças e hierarquias internas há muito tempo estabelecidas. Entre estas regras cotidianas infringidas está o envolvimento dos “trabalhadores” nos “negócios” do tráfico. No caso do Batan, nenhuma facção criminosa consegue se estabelecer no comando do território por muito tempo. Os moradores caracterizam o tráfico local como “fraco” por não conseguir o estabelecimento do poder por muito tempo e na posição hierárquica inferior em relação às organizações de outros territórios. Um dos pontos de acirramento do conflito entre forças de coerção rivais foi um “golpe de Estado”¹⁷ ocorrido no Batan que terminou em conflito com a comunidade vizinha do Fumacê – apenas separadas por um trecho da Avenida Brasil¹⁸. O transporte alternativo para poder existir necessitou da proteção dos diversos poderes coercitivos que passaram pelo local. Mas para obtê-la, os motoristas precisavam oferecer os seus serviços em troca. No caso dos de vans, o transporte de traficantes durante períodos de fuga era uma das principais obrigações. Segundo um deles:

¹⁷ Termo que denomina uma mudança de facção no controle de um tráfico de drogas em uma determinada comunidade.

¹⁸ Como pode ser visto no mapa no subitem. A partir de 2012, o Fumacê passa a fazer parte da UPP Batan. Segundo o comando policial, a tentativa de arrefecer a rivalidade entre as duas comunidades é um dos principais desafios da unidade local.

“Às vezes com a gente dormindo, o traficante invadia as nossas casas e pedia pra levar em algum lugar. Faziam assaltos e roubavam caminhões das Casas Bahia e vinham com geladeira e fogão e pediam pra gente transportar. Não tinha o que fazer”.

Com uma disputa tão intensa, os motoristas deveriam levar em conta o aparecimento de situações imprevistas. Como no caso de barricadas colocadas pelos traficantes nos principais pontos de acesso da comunidade. Segundo um dos motoristas:

“As ruas eram fechadas. Para passar tinha que abrir a barreira. Tinha que passar e fechar. Tinha que contratar uma pessoa pra ficar abrindo e fechando. Você não podia passar e deixar aberto. Era uma dificuldade pra gente isso aí. Tinha que contratar um menino pra ficar abrindo e fechando pra gente. Tinha muito tiroteio. E a gente tinha que parar de rodar porque estava tendo tiro”.

Um cenário caótico semelhante é descrito por Volkov (2002) para o período pós-soviético na Rússia durante os anos 1990. O autor descreve o país como emerso em um estado de natureza hobbesiano: o desmembramento do aparato coercitivo soviético gera uma ausência de uma autoridade central que limite a ação dos indivíduos. A pluralidade das forças resulta que uma só pode ser restringida pelo potencial de força de outros agentes. Como no Batan, no domínio temporário da força dominante dentro da localidade. Volkov, inspirado na relação que Tilly faz entre coerção e agentes econômicos, traz a noção de *violent entrepreneurship* – em que uma força detentora de coerção se transforma em rede econômica mediante a venda forçada de serviços de proteção. Para um grupo poder ser qualificado como um *violent entrepreneurship*, ele deve organizar a força de tal maneira a receber um rendimento permanente. Os motoristas de transporte alternativo no Batan relatam a obrigatoriedade de oferecer os seus serviços aos detentores dos poderes coercitivos. A sua atividade depende da “entrada de certas forças”. O período do domínio no tráfico no Batan parece não ter chegado a se tornar um *violent entrepreneurship* de acordo com a perspectiva de Volkov. Já que a extorsão não era feita de maneira regular ali. Ou seja, dependia das necessidades dos traficantes naquele momento. Como nos momentos de lutas contra facções rivais.

Portanto, neste período a coerção sobre o transporte alternativo ainda não está pautado em um caráter empresarial como descrito por Volkov. Um tipo de normatividade em que a violência urbana aparece como um fator de representação obrigatório – o que Machado (2004) chama de “sociabilidade violenta” – parece pautar a atividade comercial ali. As ações rotineiras dos moradores são interrompidas pelo uso da força. Como no

caso dos motoristas que precisam parar o oferecimento do seu serviço de acordo com as necessidades do tráfico local. Segundo Machado, a força neste tipo de sociabilidade passa a ser utilizada não apenas para a obtenção de interesses; mas também como um princípio regulador das relações sociais. A “instrumentalidade do outro” aparece como um de seus componentes principais.

Em Julho de 2007, o grupo miliciano Águia invade o Batan e expulsa o tráfico local já enfraquecido pelas disputas com outras facções e as disputas internas por poder dentro da própria organização anterior. Este fato parece com o que Volkov descreve como “elimination contests”: as oportunidades de negócio limitadas que surgiram após a decadência do Estado soviético resultaram em eliminação de vários detentores de força ou foram submetidos a rivais mais poderosos. No caso do Batan, as várias facções rivais foram eliminadas na entrada no grupo miliciano. O grupo Águia começa a ter monopólio sobre o oferecimento de certos serviços – como a venda de gás e de água mineral – e a exigência do pagamento de um ágio para cada atividade comercial exercida na comunidade. Diferentemente do caso dos traficantes, os milicianos desenvolveram um complexo sistema de pagamento em troca do oferecimento de segurança. A proteção é necessária para garantir o direito à posse. A regularidade dos pagamentos indica o surgimento de um violent entrepreneurship.

Um ponto original em Volkov é o colocar o Estado como mais um agente detentor dos meios de coerção. Para ele, ao contrário da dimensão histórica que mostra a emergência estatal de maneira anacrônica, a prática cotidiana mostra que o Estado pode existir mesmo com a eliminação das fronteiras estruturais entre o domínio público e o domínio privado. Ou seja, o Estado pode manter os seus elementos substantivos após perder as suas qualidades estruturais. Sobre a relação entre o Estado e as organizações ilegais, Bayart (1999) afirma que o crescimento dos circuitos ilegais transnacionais mostra mais uma relação de imbricação com os meios oficiais do que uma oposição entre eles. Voltando ao contexto das favelas cariocas, Machado (2004) afirma que a sociabilidade violenta possui uma relação de contiguidade em relação à ordem oficial. Para o autor, os moradores das favelas são obrigados a aceitar essa ordem sem cancelar a aceitação do poder estatal. A história do Batan mostra uma presença problemática do Estado no território. Primeiro, uma relação envolvendo medo e temor com as incursões policiais, além das cobranças de “arrego” – como relatam vários motoristas. Depois, aparece uma ocupação de agentes do Estado de maneira ilegal – as milícias. Misse (2006)

afirma a necessidade de conectar a discussão da violência urbana ao tema de duas ordens legítimas que coexistem sem conflitar.

A principal diferença entre o contexto analisado por Volkov e o caso do transporte das vans no Batan está no âmbito empresarial. Não houve a emergência de um grupo empresarial forte no local. Os motoristas descrevem o sistema alternativo ali como uma “linha de bairro” por possuir uma rota pequena com poucos carros em circulação¹⁹. Nunca se chegou a ter o que Volkov chama de *enforcement partnership* com a eficiência do uso da força e informação sobre outros grupos comerciais, as agências de gerenciamento da violência passam fornecer informações de base comercial para as empresas. E, muito menos houve o processo de “desintegração vertical” em que grupos criminosos se transformam em empresas de negócios legais com os membros que pertenciam aos postos de baixo escalão migrando para outras atividades ilícitas.

O regime de justificação em uma situação de “monopolismo preguiçoso”

A chegada das UPP's, sob o ponto de vista pragmatista, traz a tentativa de sair do regime de violência – em que o sentido da ação se encontra na imposição de alguém sobre outro. Por exemplo, quando um motorista de Kombi é obrigado a transportar um artigo roubado pelos traficantes ou quando é obrigado a pagar uma taxa de proteção aos milicianos²⁰. Um regime de justificação, o *accountability* – o prestar contas – está no centro dos momentos de disputa. No caso analisado aqui sobre a tentativa de legalização do transporte de kombis, o Estado deve justificar o sentido daquele serviço não poder operar dentro do Batan. Como na fala de um motorista: “*a única mudança com a UPP foi o fato de que eles não pegam dinheiro da gente e nem tentam mandar no nosso trabalho*”.

Sobre a informalidade no Peru, Hernando de Soto (1987) apresenta a perspectiva de que um sistema mais eficiente e igual pode surgir com o desenvolvimento destas atividades. O autor pressupõe a existência de um indivíduo racional que encontra alternativas que superem as dificuldades do acesso a bens básicos. Desta forma, a

¹⁹ Há duas linhas: uma que cobre o lado esquerdo à rua Itapeperica e outra o direito. Conforme a metodologia adotada aqui sobre o local analisado pela pesquisa, o trabalho cobre a segunda linha. Ela, como ponto final no Largo do Chuveirinho, um dos pontos centrais do Batan, possui seis carros em circulação. A legalização é feita por cada carro individualmente. Não há uma cooperativa. A outra linha possui características similares.

²⁰ Mesmo com a tentativa de justificativa por parte dos milicianos de que há uma troca envolvida devido ao serviço de proteção, as pessoas não possuem uma escolha real. Como mostra uma ampla bibliografia sobre o assunto, em especial Zaluar e Conceição (2007), Misse (2011) e Cano (2008). Além do relatório da CPI das milícias.

informalidade seria uma resposta da sociedade civil em relação aos altos custos e a morosidade burocrática dos aparelhos estatais. A regulação estatal, segundo o autor, impede o livre desenvolvimento da capacidade empreendedora dos indivíduos. Tendo como foco de análise os países em desenvolvimento, Ananya Roy (2011) apresenta o conceito de “urbanismo subalterno”. Em que parte das grandes cidades nas nações periféricas, há locais – como as favelas – que se contrapõem à norma dominante de urbanização. Para a autora, a economia informal estabelece “fronteiras ativas do capitalismo contemporâneo” por transformar espaços de pobreza em capitais. Além de que a informalidade urbana pode ser vista como "um dispositivo heurístico que serve para desconstruir a base de legitimidade do Estado e seus vários instrumentos" (Roy, 2011, pp. 233).

As favelas, nos últimos anos, se tornam objeto de grandes empreendimentos (Ribeiro e Olinger, 2012). Tendo em vista a percepção de um mercado consumidor importante no interior das favelas. Em relação ao projeto das UPP's, Neri (2011) afirma que o provimento fica em segundo plano em relação à inclusão social por meio da transformação desta população como consumidores. A visão da cidade como commodity está no cerne do projeto das UPP's em que o Estado garante a proteção necessária para a formalização dos mercados nas favelas.

Com a nova ocupação policial e a tentativa de monopolização dos meios coercitivos, – utilizando a abordagem pragmatista de Boltanski e Thévenot – o regime de ação dos autores passa a ser o de justificação. A posse da força deixa de ser o elemento essencial para o desenvolvimento do curso da ação. Com as disputas passando a estar sujeitas a um regime de justificação. Boltanski e Chapellot (1999) veem o surgimento de uma *cités de projects* – um quadro de referência a uma estrutura econômica em rede. O capitalismo monopolista de Estado dá espaço à valorização da trajetória de cada um. A vida social neste plano de referência é concebida como uma série de projetos – cada pessoa deve ter projetos transitórios adaptáveis às diversas redes que ela percorrer durante a sua vida. O sucesso de cada um se justifica pelo sucesso em estabelecer uma rede ampla e atender os requisitos necessários para entrar em cada rede – como um nível de escolaridade. Porém a *cité* por projeto em si possui um conteúdo vazio – um arquétipo que é preenchido pelos conteúdos de outras *cités*. Portanto, a *cité* por projeto teria uma função de *metacité* – ao ser um elemento auxiliar de outros mundos utópicos. Neste caso, as UPP's tentam trazer a figura do favelado como capaz de entrar no mercado de trabalho

formal. Um inovador que promove a desenvolvimento da sua comunidade. A justificativa do então governador Sérgio Cabral para a criação de um fundo de investimento “UPP Empreendedor” indica essa perspectiva²¹:

“O Projeto de Lei que encaminho à deliberação dessa Assembleia Legislativa oferece aos micro e pequenos empreendedores, localizados nas comunidades pacificadas do Estado do Rio de Janeiro, recursos financeiros para fomentar o empreendedorismo e a geração de novos negócios e postos de trabalho, resultando na recuperação econômica dessas áreas e elevação do padrão de vida da população de baixa renda, mediante disponibilização de microcrédito produtivo orientado”.

Porém, o processo de legalização do transporte alternativo na comunidade parece ser um dos pontos críticos no processo de monopolização de poder pelo Estado legal. O número grande de documentação exigida e o número cada vez menor de licitações concedidas sustentam a tese dos motoristas de que o prefeito quer acabar com o transporte alternativo no Rio de Janeiro. Os policiais das unidades ficam responsáveis por aplicar as multas, a maioria devido ao estacionamento em lugar proibido. Só que devido ao fato da maioria das ruas ali serem estreitas, em grande parte das vezes há o risco do motorista de van ser multado ao deixar o passageiro. Já que, como não é legalizado, não há pontos de parada regulamentados. Inclusive, o ponto utilizado para o estacionamento dos carros é proibido por lei. Ou seja, em todo o momento há o risco de multa. Apesar da linha aqui analisada duas vans conseguiram se legalizar. Mas que nem poderiam existir se for de acordo com a lei. Para poder trabalhar, os motoristas estão sujeitos à interpretação subjetiva do policial a respeito das normas. A perspectiva do indivíduo desotoniano, em que a burocracia estatal impede o livre desenvolvimento da atividade criativa das pessoas, está presente também na fala dos motoristas. Em muitos relatos, o Estado aparece como um órgão que beneficia apenas alguns grupos privilegiados. Como na fala: *“Todo mundo sabe que o prefeito tem envolvimento com as empresas de ônibus. Ele quer acabar com as kombis”*. Por que apesar da lógica empreendedora está presente tanto na fala do Estado, quanto da dos policiais e motoristas, há tanta dificuldade em legalizar o transporte alternativo no Batan? A fala da comandante da unidade indica um ponto importante para a sustentação do papel da polícia em multar os motoristas:

²¹<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/6aa55451b1328067832566ec0018d821/a9e81cd09f8d6cee8325795e0077083f?OpenDocument> (Verificado em 14 de agosto de 2014)

“Eu não sou contra. Eu entendo a necessidade. Eu não sou louca de entender que dentro de uma comunidade não seja necessário. Eu não estou dizendo. Digo o mesmo sobre as motos. Não estou falando de necessidade. Estou avaliando a legalidade. Eu não tenho intenção alguma de acabar. Eu nunca proibi de circular aqui dentro. É porque existem algumas regulamentações pra transporte alternativo que a gente tem que respeitar.”

De acordo com o relato acima, há um conflito entre a necessidade imposto pela vida cotidiana da comunidade e o que está estabelecido pela lei. Dentro desta perspectiva, o policial deve obedecer às normas da lei mesmo que dificulte a vida cotidiana da comunidade. Mas como os moradores apontam, as leis não são claras sobre aquilo que elas determinam: *“a gente não pode parar em qualquer ponto do Batan, mas veja ali o caminhão da padaria pode ficar estacionado ali o dia inteiro que os policiais não vão lá multar.”*. Uma das causas pode ser o que Kant de Lima (2003) chama de concepção piramidal do espaço público brasileiro. Segundo o autor, o Estado brasileiro se apropria de maneira privada os locais públicos. Por isso, a aplicação de regras sobre o comportamento das pessoas possui um caráter imprevisível. E, os policiais agiriam de acordo com esta perspectiva. Desta forma, a decisão sobre as multas dependem da interpretação particular do policial que estiver no local.

Dando um enfoque sobre o âmbito moral nesta situação, há uma semelhança da noção de “monopolismo preguiçoso” em Hirschman (1970) e a ocupação da UPP no Batan. O autor critica a tese econômica de que, em uma concorrência perfeita, as empresas operam com 100% de eficiência. Pois, em momentos de crise, as empresas devem ter alguns recursos não utilizados para poder responder à falta de demanda. A noção de *slack* corresponde à retenção de dispositivos para serem utilizados durante estes momentos. Os clientes de uma determinada organização mostram por dois mecanismos a necessidade da empresa em utilizar os recursos estocados: o de *exit* em que os consumidores mostram a sua insatisfação deixando de comprar o produto ou deixando de ser membro de uma determinada organização; e o de *voice* em que as pessoas criticam expressamente uma determinada situação para que os serviços possam ser melhorados, os serviços de atendimento ao cliente por telefone são um exemplo de uso deste instrumento. Fora do âmbito econômico, a proposta de Hirschman pode ser vista no mundo social em casos em que há uma modulação do uso da força por meio de uma série de mecanismos. Ou seja, o ator expressa a sua insatisfação por instrumentos que o

suavizam – algo parecido com um slack moral (Werneck, 2013). Como no caso das UPP's que pretendem sair do regime de violência, a modulação da força ocupa um espaço fundamental para que a sua projeção de futuro se estabeleça. Hirschman afirma que, em situações de “monopolismo preguiçoso”, os clientes não possuem oportunidades reais de utilizar o mecanismo de exit. Como nos casos em que as pessoas dependem essencialmente naquele produto. Desta forma, as empresas não buscam explorar o máximo possível da qualidade do serviço que está sendo prestado. O mesmo pode ser visto em relação à oferta do bem projetado pelo Estado por meio das UPP's. As pessoas podem não acreditar no sucesso do projeto, “isso aqui só dura até as Olimpíadas e depois o tráfico voltará pra cá.”, ou até mesmo podem não acreditar no governo ou da idoneidade dos policiais. Os moradores não têm uma solução palpável de *exit* neste projeto. No caso dos motoristas, só restam aceitar as regras que consideram arbitrárias e se opor à suposta tentativa do prefeito de acabar com o transporte alternativo. Mas como o serviço continua em operação? E como conseguem, de maneira bem sucedida, colocar em pauta a questão no âmbito público?

Ao entrevistar os motoristas, um ponto marcante está nas suas justificativas da necessidade da sua ocupação. Todas elas se assemelham na caracterização da sua atividade como um “serviço público”:

“É um serviço público pra comunidade. Governo e prefeitura estão preocupados com morador de comunidade? Claro que não. A linha só faz o trajeto Batan-Bangu. Deve ter apenas uns 3km e beneficia os que vão fazer compras no centro de Bangu no Guanabara. Isso aqui vive muito em função do Guanabara. A maioria pega (a van) pra pagar conta no início de mês”.

Fica claro que o fato do Estado não disponibilizar um serviço pra população ocupa uma posição central neste argumento. Apenas uma linha de ônibus²² passa no interior da comunidade, porém com horários irregulares. Os motoristas tentam justificar o seu serviço por meio de um processo de “dessingularização”. Segundo Boltanski (1990), a validade de uma denúncia pública se relaciona com a capacidade do denunciante em mobilizar recursos que transformem a sua crítica individual em uma reivindicação coletiva. A crítica passa por um processo de validade para que ela possa ser aceita no espaço público. Para o autor, a conteúdo da denúncia em si não é capaz de mobilizar as

²² A linha 739 com destino à Bangu.

pessoas em torno daquela causa. Boltanski analisa as cartas recebidas pelo jornal *Le Monde*, em que elas precisam passar por um “teste de normalidade” para ser publicada. Assim, os denunciantes devem provar que aquela denúncia é de fato “normal” mobilizando certas ferramentas. No caso do transporte alternativo, o fato deles relacionarem a sua ocupação a um “serviço público” traz um componente capaz de fazer com que os moradores do Batan pensem essa causa como se fossem suas. A falta do transporte alternativo precisa ser visto como um problema de todos para que a causa seja considerada pelo poder público. A correlação entre a sua atividade a um bem público é uma ferramenta poderosa para transformar a sua causa singular em coletiva. Portanto, de acordo com este argumento, devido à ineficiência estatal em oferecer um transporte público adequado para os favelados que o transporte alternativo existe nas comunidades.

E, não apenas isso, um outro fator importante na construção do argumento está na diferenciação do tipo de serviço oferecido aos moradores. Ao contrário de outras linhas de vans, a do Batan teria uma característica de “linha de bairro” em oposição às que eles chamam de “linhas comerciais”. O segundo tipo daria oportunidade do motorista obter grandes lucros da sua atividade. Isso seria possível pelo tipo de usuário pega a Kombi no Batan:

“Esta aqui presta um serviço mais comunitário. Pega o morador da comunidade e leva para o centro de Bangu onde vão fazer as suas compras. As outras linhas, não, onde você sai do centro de Campo Grande pra passear em outros bairros. Aqui não dá para ficar rico. Só para sobreviver. Aqui é mais uma linha de bairro”.

Pela linha do argumento, eles prestam um serviço público porque eles não têm um interesse econômico no serviço. Até porque pelo tipo de usuário, pessoas que usam o serviço pela necessidade de ir ao mercado fazer compras e pagar as suas contas. E, não para ocupar o tempo livre como nas “linhas comerciais”. Assim, eles mobilizam elementos para mostrar que “o governo não se preocupa com os moradores de favela”. Restando a eles realizar um serviço que não gera lucros exorbitantes, apenas o bastante para garantir a sua sobrevivência. Os motoristas mobilizam vários recursos para justificar o seu serviço como público. O valor cobrado aparece como um “valor simbólico” nos discursos: *“nós só cobramos R\$2,50 e ainda levamos os moradores na porta das casas quando tiver dificuldade em levar as suas compras”*. A possibilidade de mudança de rota para atender as necessidades dos clientes. O fato de todos serem moradores da comunidade: *“aqui todo mundo é cria do Batan, não tem ninguém de fora”*. Além das

próprias características físicas do serviço: “*aqui só tem seis carros, para você ver que é uma linha de bairro*”. A minha entrevista mal sucedida com uma idosa mostra esta percepção dos moradores do transporte alternativo como um serviço público. Durante toda a nossa conversa, eu não consegui mostra-la a diferença do meu trabalho como sociólogo do de um assistente social que trabalha para o Estado. Ao ser perguntada sobre a sua percepção dos serviços públicos que vieram com a UPP. Ela começa a listar uma série de problemas, acreditando que eu os levaria para os órgãos públicos. Apesar da minha insistência em tentar mostrar o sentido do meu trabalho ali. No meio das críticas em relação ao funcionamento da clínica da família e do recolhimento do lixo, estava o fato das kombis não rodarem aos domingos²³.

A diminuição do número de licitações para o transporte alternativo pode ser visto em outras localidades. Como em São Paulo que a centralização dos mercados de oferta e serviços de proteção resultou numa diminuição do número de cooperativas de acordo com a triagem feita pelos processos de licitação (Hirata, 2010). Os motoristas de vans no Batan têm a percepção de diminuição do número de licitação. Mas ao mesmo tempo eles são capazes de colocar os seus problemas no debate público ao fazer referência a uma necessidade pública. O processo de dessingularização permite o exercício da voice mesmo com a situação de monopolismo preguiçoso e a limitação do exercício da exit. Ao tentar mobilizar provas que demonstrem que o exercício da sua atividade é um “bem público”, os motoristas consegue fazer com que a sua causa seja vista como algo que afeta a todos – mesmo que de maneira indireta. Ao tratar deste tipo de caso, Hirschman aponta que a questão deixa de ser uma relação entre voice e exit. Até porque não há uma possibilidade de saída real. Passando a ser uma relação entre voice interna – aqueles que utilizam o serviço; e voice externa – aqueles que não o utilizam, mas por ser público se importam com o serviço.

Prosseguindo desta maneira, mesmo com a aplicação de multas, o transporte alternativo continua a operar dentro do Batan. Como a própria comandante afirma: “*os motoristas nunca foram proibidos de circular na comunidade*”. Como conseguir uma maior eficiência da sua crítica mesmo estando “presos” à força estatal? Ao contrário de outras comunidades, não há focos de resistência de grupos armados que disputam o uso da força dentro deste território. Hirschman afirma que em situações em que a opção de

²³ As vans não operam de madrugada e nem aos domingos. Segundo os motoristas, isso se deve à falta de movimento nesses dias e horários.

exit não é efetiva, a voice se fortalece quando mostra uma possibilidade de exit. Mesmo que esta possibilidade seja pequena. Ou seja, a possibilidade de exit deve existir, mesmo que não seja atrativa à curto prazo. Mesmo com as dificuldades de legalização, os motoristas acham que a retirada do serviço é desinteressante para os policiais, e consequentemente, para o Estado, porque é:

“Um serviço que prestado pra comunidade. Você acha que a comunidade vai ficar contra as kombis? Não vai. Por isso que a presidente da associação apoia a gente. Eles sabem que todo mundo é morador daqui. Ninguém paga nada pra ela. Quando a gente sai com ela para os fóruns da vida, ela paga a passagem pra gente. Nós ajudamos a comunidade. Quando tem um evento na comunidade a gente ajuda com um dinheirinho.”

Junto com a ideia de que prestam um serviço para a comunidade, há a noção de que as pessoas podem se revoltar contra a UPP com a retirada do serviço. Um uso de voice que alerta ao Estado para a possibilidade, mesmo que remota, da possibilidade de exit. O uso de episódios de experiências semelhantes está presente nas falas dos motoristas:

“Aqui no Batan é muito mais tranquilo. No Morro do Alemão, onde eu nasci, tem tiroteio direto mesmo com a UPP. Comparado com lá, aqui é um paraíso”.

Rocha (2009) mostra o uso da categoria nativa “tranquilidade” por moradores de uma favela carioca com uma experiência de ter um cotidiano pacificado semelhante ao do Batan. O termo, segundo a autora, serve como um instrumento de diferenciação em relação às outras favelas “não pacificadas” e um mecanismo para evitar o diálogo sobre os conflitos e os perigos existentes no local. Na sua tentativa de legalização, os motoristas apontam para esta possibilidade de conflito na noção de que o Batan ficou tranquilo com a entrada da UPP. Assim, o transporte não consegue legalização ao mesmo tempo que os motoristas continuam exercendo a atividade – apesar da possibilidade de muitas ocasionais.

Considerações finais

Em uma das reuniões comunitárias na favela do Fumacê²⁴, uma idosa tenta levantar a pauta do crescimento das raízes de amendoeiras perfurarem os canos que vão em direção às casas, resultando em dificuldades no abastecimento de água e no funcionamento do sistema de esgoto. Para a moradora, o governo deve derrubar as árvores que circulam a região. O policial que comandava a sessão argumenta para a impossibilidade de resolver a questão, pois a derrubada esbarraria em questões ambientais. Começando assim um discurso, usando um tom professoral, sobre a necessidade de respeitar o meio ambiente e os seus benefícios aos seres humanos. A partir de então, começa uma disputa entre a mulher e um policial sobre a validade daquela questão para o “bem público”. Werneck (2013b) aponta para a possibilidade do uso da jocosidade como uma “força modulada”. Em um lugar rodeado de policiais fortemente armados, inclusive o que mediava a discussão, ela começa a lançar argumentos de tons jocosos sobre uma possível falta de inteligência do policial em perceber a importância da questão. Uma disputa em que um policial jovem armado pode entrar em conflito com uma idosa com dificuldades motoras em uma de suas pernas. Para logo depois, o policial dizer para uma outra anotar o caso com um tom de desdém típico de pais que concordam com os filhos só para acabar com uma birra. Uma forma indireta que a mulher não tem capacidade de falar sobre “assuntos sérios”. No início as pessoas na reunião ficaram do lado da idosa, mas com o prolongamento da discussão elas mostram irritação, fazendo sinal de silêncio todas as vezes que ela tentava voltar com a discussão quando novas questões começavam a serem levantadas.

Esta situação mostra que a crítica possui um “prazo de validade”. Como em Boltanski e Thévenot, apesar da capacidade crítica dos atores os chamados os momentos críticos são raras as ocasiões em que a rotina é quebrada. Por isso, a importância de reter “energia” para a crítica para ser utilizada em momentos de maior necessidade. Este *slack* permite esta distensão do tempo exigido pela utopia proposta pelas UPP’s. O projeto será mais bem sucedido quando uso da força for apenas para os casos mais críticos – de maneira mais específica, justificáveis. As duas situações descritas aqui mostram que o regime de justificação é marcado por conflitos. Boltanski e Thévenot caracterizam a vida

²⁴ Desde a “pacificação” deste conjunto habitacional

moderna como permeada por disputas. O bem em projeção envolve conflitos em torno do conteúdo do princípio moral que regulará a vida dos atores em um momento indeterminado. Disputas que envolvem questões históricas peculiares, como na relação entre o Morrinho e a parte plana do Batan. Neste processo, os atores são capazes de avaliarem as possibilidades de o evento projetado ocorrer e de mobilizar recursos para mudar o conteúdo proposto. E, a crítica pode ser exercida mesmo em situações que envolvem monopólio a respeito dos bens disponíveis. As duas situações mostram a necessidade do projeto em negociar com as realidades cotidianas da comunidade: as diferenças internas em uma favela vista como homogênea e um empreendimento interno que esbarra na dificuldade de adequação à visão de mercado pensada de “cima pra baixo”.

Referências bibliográficas

- BAYART, JF. "Le crime transnational et la formation de l'État". *Politique Africaine*, Dossier Globalisation et Illicite en Afrique, n°93, mar., 2004, pp. 93-104.
- BOLTANSKI, Luc. (1990), *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- _____ [e] THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- _____ [e] CHIAPELLO, E. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: M. Fontes.
- CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento em masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.23p., Texto para discussão, n.621.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. (2004), "L'épreuve du tangible. Expériences de l'enquête et surgissements de la prévue". *La croyance et l'enquête, Raisons pratique*, vol. 15, p. 167-194. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).
- _____. (2011), *Argumenter dans un champ de forces: Essai de balistique sociologique*. Paris, Pétra.
- CUNHA, Neiva Vieira da e MELLO, Marco Antonio da Silva. (2011), "Novos Conflitos na Cidade: A UPP e o Processo de Urbanização na Favela". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 4, no 3, pp. 371-401.
- DEWEY, John. (1993 [1938]), *Logique: La théorie de l'enquête*. Paris, PUF.
- _____. (2003 [1927]), *Le public et ses problèmes*. Pau, Publications de l'Université de Pau/Tours/Farrago/Leo Scheer.
- GONÇALVES, Rafael Soares. 2006. "A Política, O Direito e as Favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico", *Urbana*, Ano 1, no 1, set/dez.

- HIRATA, Daniel V. (2010), *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. São Paulo, tese de doutorado, Sociologia, FFLCH-USP.
- HIRSCHMAN, Albert. 1970. *Exit, Voice and Loyalty*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- HONORATO, Cezar. "O assistente social e as favelas (1945/64)". In: Marco Antonio da Silva Mello; Luiz Antonio Machado da Silva; Leticia de Luna Freire & Soraya Silveira Simões (orgs.), *Favelas cariocas. Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond.
- KNAUSS, P. & BRUM, M.S. 2012. "Encontro marcado: a favela como objeto de pesquisa histórica". In: Marco Antonio da Silva Mello; Luiz Antonio Machado da Silva; Leticia de Luna Freire & Soraya Silveira Simões (orgs.), *Favelas cariocas. Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 121-140.
- LAGO, Luciana Correia. 2003. "Favela-Loteamento: reconceituando os termos de ilegalidade e de segregação urbana". *Cadernos Metr pole*. no 9, 1 sem.
- LAUTIER, Bruno. (1997), "Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal". *Contemporaneidade e Educa o*, Vol. 2, no 1.
- LIMA, Roberto Kant de. Direitos civis, estado de direito e "cultura policial": a forma o policial em questão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, jan./mar. 2003.
- MACHADO DA SILVA, LA (2003). 'Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: Informalidade e Empregabilidade como Categorias de Entendimento', in *Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*, Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpreta o da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *SOCIEDADE E ESTADO*. Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan./jun. 2004.
-
- [e] LEITE, M rcia Pereira. (2008), "Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas?". In: MACHADO DA SILVA, L.A. (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/FAPERJ.
- MELLO, Marco Antonio da Silva. "Cidades: commodities para o consumo?" Entrevista. In: *Jornal da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, Maio de 2010, capa; pp.13-16.
- NERI, Marcelo Cort s. 2011. *UPP² e a Economia da Rocinha e do Alemão: Do Choque de Ordem ao de Progresso*. Rio de Janeiro: FGV, CPS.
- MESQUITA, Wania Am lia Belchior. (2008), "Tranquilidade sob a ordem violenta: o controle social da mineira em uma favela carioca". In: Machado da Silva, Luiz Antonio. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PRETECEILLE, Edmond e VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, pp. 375-403
- RIBEIRO, L. C. & OLINGER, Marianna. 2013. "A favela na cidade-commodity: desconstru o de uma questão social". In: Marco Antonio da Silva Mello; Luiz Antonio Machado da Silva; Leticia de Luna Freire & Soraya Silveira Simões (orgs.), *Favelas cariocas. Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 331-348.

- ROCHA, Lia de Mattos. (2009), *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão* [Tese de Doutorado]. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ROY, A. "Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223–238, 2011.
- SOTO, H (1987). *Economia Subterrânea: Uma Análise da Realidade Peruana*. São Paulo, Globo.
- TILLY, Charles (1996). *Coerção, capital e estados europeus (990-1992)*. São Paulo: EDUSP.
- VOLKOV, Vadim. 2002. *Violent Entrepreneurs: The Use of Force in the Making of Russian Capitalism*. Ithaca: Cornell University Press.
- VALLADARES, Licia. (2000), "A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online], v. 15, n. 44, p. 05-34.
- _____. (2005), *A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- WERNECK, Alexandre. (2012), *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (2013), *Organização social do crime e construção social do uso da violência como recurso: O caso das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa de Auxílio Instalação, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).
- _____.(2013b). *Distensões de convivência: zoação e marra , dispositivos morais de jocosidade como formas de efetividade na sociabilidade disputada*. In: X Reunião de Antropologia do Mercosul, 2013, Córdoba, Argentina. *Anales de la X RAM*, 2013.
- ZALUAR, Alba. (1985), *A Máquina e a Revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- _____. [e] CONCEIÇÃO, Isabel S. (2007), "Favelas sob o Controle das Milícias no Rio de Janeiro: Que Paz?". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 21, no 2, pp. 89-101.